CLIPPING INTERNET

05/01/2023 ATÉ 05/01/2023

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE CNJ..... 1
1.2 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)..... 2
1.3 SITE JORNAL FLORIPA..... 3
1.4 SITE O JUDICIÁRIO..... 4
2 CNJ
2.1 SITE BARRA DO CORDA..... 5
2.2 SITE O JUDICIÁRIO..... 6
3 DECISÕES
3.1 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA..... 7
3.2 SITE JÚRI NEWS..... 8
4 DESEMBARGADOR
4.1 BLOG ALDIR DANTAS..... 9
5 INSTITUCIONAL
5.1 BLOG DO MINARD..... 10
5.2 BLOG FILIPE MOTA..... 11
6 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
6.1 BLOG TRIBUNA98..... 12
6.2 SITE AGORA SANTA INÊS..... 13

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
05/01/2023 - BLOG ALDIR DANTAS
NEUTRA
Disparidade de gênero: Tribunais de Justiça têm apenas 21% de mulheres desembargadoras

Disparidade de gênero: Tribunais de Justiça têm apenas 21% de mulheres desembargadoras

5 de janeiro de 2023 Aldir Dantas
FacebookTwitterWhatsAppTelegram

Apenas 1%. Este ínfimo número foi o aumento de mulheres atuando como desembargadoras nos Tribunais de Justiça estaduais entre 2020 e 2023, segundo levantamento realizado por Migalhas. Três anos atrás, o total de pessoas do sexo feminino representava 20%, agora são 21%, deixando evidente que ainda há uma notável disparidade de gênero no Judiciário brasileiro.

Tribunais estaduais

Nos Tribunais de Justiça, apesar do crescimento no número de magistrados, o aumento no total de desembargadoras foi ínfimo, de apenas 1%, saindo de 20% para 21%.

Três anos atrás eram 1.597 desembargadores, sendo 322 mulheres. Agora, o total de magistrados é 1.659, com 349 pessoas do sexo feminino.

O tribunal com maior igualdade de gênero continua sendo o TJ/PA, que tem 57% de mulheres. A porcentagem continua a mesma de 2020. A Corte paraense é seguida pelo TJ/BA (48%), TJ/TO (42%), TJ/CE (41%) e TJ/AC (36%).

A lanterninha é do TJ/AP, que não tem nenhuma mulher (0%) entre os 9 magistrados atuando em 2ª instância. Em seguida aparecem TJ/PE (2%), TJ/PI (4%) e TJ/AL (6%).

Em números absolutos, a disparidade no Tribunal de SP também é evidente. São 357 desembargadores e apenas 36 mulheres, ou seja, 10%.

Tribunais Superiores

Nas Cortes Superiores, o tribunal com número mais paritário é o TST. Dos 26 ministros, 7 são mulheres, totalizando 27%. Em comparação com 2020, o aumento foi de 8%. A melhora no número é fruto das nomeações de Morgana de Almeida Richa, em dezembro de 2021, e Liana Chaib, em dezembro de 2022.

No STF, o total de 2 mulheres ainda é o mesmo de três anos atrás, representando 18%. É importante lembrar que neste ano a presidente da Corte, ministra Rosa Weber, se aposentará ao completar 75 anos. Caberá ao presidente Lula nomear um novo, ou uma nova, integrante ao colegiado. O ministro Ricardo Lewandowski também deixa o Supremo em 2023.

Fonte: Migalhas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
05/01/2023 - BLOG DO MINARD
POSITIVA
TJMA rescinde contrato com empresa por atraso no pagamento de terceirizados

TJMA rescinde contrato com empresa por atraso no pagamento de terceirizados

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) vem a público esclarecer que está envidando esforços no sentido de regularizar o pagamento dos salários atrasados e demais direitos devidos aos trabalhadores da Transporter Segurança Privada Ltda, diante da inadimplência da empresa terceirizada.

Destaca-se que o TJMA rescindiu o contrato com a referida empresa em razão do descumprimento reiterado das obrigações pactuadas.

Esta Administração se solidariza com os trabalhadores e suas famílias, e espera em muito breve superar as dificuldades operacionais para realização dos pagamentos devidos, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

São Luís (MA), 4 de janeiro de 2023

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
05/01/2023 - BLOG FILIPE MOTA
POSITIVA
Empresa dá zignal em trabalhadores e muda o nome para ganhar outra licitação na prefeitura de São Luís

Empresa dá zignal em trabalhadores e muda o nome para ganhar outra licitação na prefeitura de São Luís

A empresa Transporter Segurança Privada Ltda, que presta serviços terceirizados para a prefeitura de São Luís, está a vários meses devendo o salário dos trabalhadores.

A empresa faz parte de grupo onde tem outras empresas que prestam o mesmo tipo de serviços. A nova empresa que está em fase de validação de documentos para firmar o contrato com a prefeitura de São Luís é a "Diagonal Vigilância e Segurança Ltda", que faz parte do mesmo grupo da Transporter , inclusive com o mesmo endereço eletrônico.

O que parece é que o "modus operandi", consiste em enquanto uma das empresas deve os trabalhadores a outra entra e faz o mesmo serviços, com os mesmo problemas, só mudando o nome fantasia.

Segundo fontes esse grupo empresarial tem suporte de um político com grande expressão no Maranhão e em Brasília.

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu uma nota sobre o caso , veja :

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) vem a público esclarecer que está envidando esforços no sentido de regularizar o pagamento dos salários atrasados e demais direitos devidos aos trabalhadores da Transporter Segurança Privada Ltda, diante da inadimplência da empresa terceirizada.

Destaca-se que o TJMA rescindiu o contrato com a referida empresa em razão do descumprimento reiterado das obrigações pactuadas.

Esta Administração se solidariza com os trabalhadores e suas famílias, e espera em muito breve superar as dificuldades operacionais para realização dos pagamentos devidos, sem prejuízo da apuração de responsabilidades.

São Luís (MA), 4 de janeiro de 2023

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Gestão de Kaio Saraiva consolida uma OAB/MA mais forte e ao lado da advocacia

“Por uma OAB/MA ainda mais forte e ao lado da Advocacia é como atuaremos em 2023”. As palavras do presidente da Seccional Maranhense, Kaio Saraiva, refletem as diretrizes da instituição para o novo ano. No encerramento de mais um ciclo, o destaque para o fortalecimento e ampliação do Sistema de Defesas das Prerrogativas, qualificação, valorização da Mulher Advogada, da Jovem e da Advocacia Sênior e a interiorização da OAB/MA.

“Fazemos da nossa Ordem uma casa de debates. Discutimos de forma corajosa as necessidades de mudanças, o enfrentamento ao desrespeito à nossa profissão e o fortalecimento da nossa classe”, afirmou Kaio Saraiva.

Entre algumas das conquistas ao longo do primeiro ano de gestão estão: Ouvidoria da Mulher Advogada; criação do Núcleo de Combate à Fiscalização do exercício ilegal da advocacia, criação dos Núcleos Regionais das Prerrogativas no interior, solicitação da isenção junto ao TJMA das custas judiciais no caso de desarquivamento do processo para prosseguimento da execução, realização do I Encontro de Veteranos da OAB/MA, prioridade de votação para a advocacia durante as eleições, manutenção das varas trabalhistas de Açailândia, Pedreiras e Timon, disponibilização do Observatório de Violência Política Contra a Mulher para a sociedade, incentivo à regularização financeira da Advocacia junto à OAB/MA.

Um trabalho coletivo, desenvolvido e conduzido pela diretoria da Ordem: Kaio Saraiva (presidente), Tatiana Costa (vice-presidente), Gustavo Mamede e Vandir Fialho (secretários-geral e adjunto), Mariana Berredo (tesoureira), do Conselho Seccional da OAB/MA, Conselheiros Federais, presidentes das 19 Subseções do Estado, mais de 50 presidentes das Comissões, pela diretoria da Escola Superior de Advocacia, representado pelo seu presidente, Antônio Gaspar, pelos integrantes do Tribunal de Ética e Disciplina, representado pelo seu presidente, Mauro Ferreira, e pela diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão, que tem à frente o advogado Ivaldo Praddo.

Alguns dos trabalhos concretizados em prol da advocacia:

• Incentivo junto ao TJMA para fomentar a Conciliação no Maranhão;
• Fortalecimento da OAB/MA no interior: qualificação por meio da ESA e entrega das salas da Advocacia (Timbiras, Cantanhede, Maracaçumé, Santa Rita, Pedreiras, Santa Rita, Pedreiras) e da sede em Codó;
• Alinhamento junto ao TRT para melhorar a prestação jurisdicional;
• Cobrança à PGE da regularização dos precatórios do Maranhão;
• Solicitação para desburocratizar e normalizar o pagamento das advogadas e advogados ativos, além do pedido para criação de mais Varas Judiciais no Maranhão;
• Promoção de ações para inclusão da comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho;
• Destaque para o trabalho da OAB/MA na aprovação do novo Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994);
• Lançamento do projeto CJA em Ação para orientar novos profissionais sobre a prática da advocacia;
• Ações nas mais diversas áreas: Defesa do Consumidor, Advocacia Trabalhista, Inclusão Social, Combate ao Preconceito Racial, Promoção da Igualdade Racial, Respeito e Valorização à Pessoa Idosa, Agronegócio, Autismo, Previdenciário, Direitos Humanos, como o projeto “Crianças e Adolescentes com Direitos”;
• Incentivo ao esporte com mais de 10 ações envolvendo a advocacia de todo o estado: Jogos de Verão em São

Luís e Imperatriz, Corridas da Advocacia, Campeonatos de Futebol e Futsal no masculino e feminino.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
05/01/2023 - SITE AGORA SANTA INÊS
POSITIVA
GESTÃO DE KAIO SARAIVA CONSOLIDA UMA OAB/MA MAIS FORTE E AO LADO DA ADVOCACIA

GESTÃO DE KAIO SARAIVA CONSOLIDA UMA OAB/MA MAIS FORTE E AO LADO DA ADVOCACIA

“Por uma OAB/MA ainda mais forte e ao lado da Advocacia é como atuaremos em 2023”. As palavras do presidente da Seccional Maranhense, Kaio Saraiva, refletem as diretrizes da instituição para o novo ano. No encerramento de mais um ciclo, o destaque para o fortalecimento e ampliação do Sistema de Defesas das Prerrogativas, qualificação, valorização da Mulher Advogada, da Jovem e da Advocacia Sênior e a interiorização da OAB/MA.“Fazemos da nossa Ordem uma casa de debates. Discutimos de forma corajosa as necessidades de mudanças, o enfrentamento ao desrespeito à nossa profissão e o fortalecimento da nossa classe”, afirmou Kaio Saraiva.Entre algumas das conquistas ao longo do primeiro ano de gestão estão: Ouvidoria da Mulher Advogada; criação do Núcleo de Combate à Fiscalização do exercício ilegal da advocacia, criação dos Núcleos Regionais das Prerrogativas no interior, solicitação da isenção junto ao TJMA das custas judiciais no caso de desarquivamento do processo para prosseguimento da execução, realização do I Encontro de Veteranos da OAB/MA, prioridade de votação para a advocacia durante as eleições, manutenção das varas trabalhistas de Açailândia, Pedreiras e Timon, disponibilização do Observatório de Violência Política Contra a Mulher para a sociedade, incentivo à regularização financeira da Advocacia junto à OAB/MA.Um trabalho coletivo, desenvolvido e conduzido pela diretoria da Ordem: Kaio Saraiva (presidente), Tatiana Costa (vice-presidente), Gustavo Mamede e Vandir Fialho (secretários-geral e adjunto), Mariana Berredo (tesoureira), do Conselho Seccional da OAB/MA, Conselheiros Federais, presidentes das 19 Subseções do Estado, mais de 50 presidentes das Comissões, pela diretoria da Escola Superior de Advocacia, representado pelo seu presidente, Antônio Gaspar, pelos integrantes do Tribunal de Ética e Disciplina, representado pelo seu presidente, Mauro Ferreira, e pela diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão, que tem à frente o advogado Ivaldo Praddo.Alguns dos trabalhos concretizados em prol da advocacia:• Incentivo junto ao TJMA para fomentar a Conciliação no Maranhão;

• Fortalecimento da OAB/MA no interior: qualificação por meio da ESA e entrega das salas da Advocacia (Timbiras, Cantanhede, Maracaçumé, Santa Rita, Pedreiras, Santa Rita, Pedreiras) e da sede em Codó;
• Alinhamento junto ao TRT para melhorar a prestação jurisdicional;
• Cobrança à PGE da regularização dos precatórios do Maranhão;
• Solicitação para desburocratizar e normalizar o pagamento das advogadas e advogados ativos, além do pedido para criação de mais Varas Judiciais no Maranhão;
• Promoção de ações para inclusão da comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho;
• Destaque para o trabalho da OAB/MA na aprovação do novo Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994);
• Lançamento do projeto CJA em Ação para orientar novos profissionais sobre a prática da advocacia;
• Ações nas mais diversas áreas: Defesa do Consumidor, Advocacia Trabalhista, Inclusão Social, Combate ao Preconceito Racial, Promoção da Igualdade Racial, Respeito e Valorização à Pessoa Idosa, Agronegócio, Autismo, Previdenciário, Direitos Humanos, como o projeto “Crianças e Adolescentes com Direitos”;
• Incentivo ao esporte com mais de 10 ações envolvendo a advocacia de todo o estado: Jogos de Verão em São Luís e Imperatriz, Corridas da Advocacia, Campeonatos de Futebol e Futsal no masculino e feminino.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
05/01/2023 - SITE BARRA DO CORDA
POSITIVA
Corregedoria no Maranhão orienta sobre primeira correição ordinária de 2023

Corregedoria no Maranhão orienta sobre primeira correição ordinária de 2023

Ribamar Guimarães by Ribamar Guimarães 5 de janeiro de 2023 in Notícias da Barra
Corregedoria no Maranhão orienta sobre primeira correição ordinária de 2023

O Tribunal de Justiça do Maranhão se prepara para a realização de correição ordinária nas unidades judiciais de 1º Grau no primeiro semestre de cada ano, até o dia 20 de janeiro. A atividade está prevista no artigo 14 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.

Com a proximidade do período de correição, a Corregedoria Geral recomenda maior atenção, de magistrados e magistradas, para a realização desses atos que contribuem para o cumprimento das metas, diminuição das taxas de congestionamento e tempo médio de duração dos processos, seja para julgamento ou baixa processual.

A Coordenadoria das Serventias Judiciais realizou levantamento prévio dos processos mais antigos em tramitação nas 253 unidades jurisdicionais instaladas na Justiça estadual, além, daqueles que estão conclusos e paralisados em Secretaria, encaminhando a listagem individual como anexo da CIRC-GCGJ – 2012022, via sistema Digidoc e e-mail.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, recomenda a realização de planejamento interno nas unidades, objetivando acompanhar o desempenho linear de operosidade desde o início do ano, imprimindo maior celeridade aos processos mais antigos em tramitação e com maior tempo de paralisação no acervo.

O corregedor também determinou que os processos constantes na relação encaminhada deverão ser impulsionados e movimentados, fazendo constar informações sobre os mesmos no relatório de correição cadastrado no sistema Auditus. “Tal orientação vai ao encontro e anseio dos jurisdicionados e da sociedade por maior agilidade no trâmite processual do Poder Judiciário, e na redução do seu acervo de forma célere e eficiente”, pontua o desembargador.

“As magistradas, magistrados, servidores e servidoras têm demonstrado ampla capacidade produtiva, desempenhado relevante papel na entrega da prestação jurisdicional, inclusive atingindo todas as metas do CNJ em 2022, agora, devemos produzir com maior eficiência, buscando a redução do tempo de duração do processo”, finalizou o corregedor Froz Sobrinho.

Fonte: TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
05/01/2023 - SITE CNJ
POSITIVA
Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

5 de janeiro de 2023
Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maioFOTO: G. Dettmar/Ag.CN
Compartilhe
A segunda edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário já se encontra em andamento e a premiação será entregue no próximo mês de maio. Além da Categoria Especial, que este ano terá como tema "Gestão de Memória: Recursos Humanos", outras sete categorias serão contempladas: Difusão Cultural e Direitos Humanos; Trabalho Acadêmico ou Científico; Patrimônio Cultural Arquitetônico; Patrimônio Cultural Arquivístico; Patrimônio Cultural Bibliográfico e Patrimônio Cultural Museológico. A iniciativa mobiliza todos os tribunais brasileiros e, no ano passado, foram inscritos 107 projetos.

A premiação – criada para preservar, valorizar e difundir os bens culturais e imateriais do Poder Judiciário e promover os direitos humanos – integra a programação do Encontro Nacional da Memória e realça o 10 de maio como Dia da Memória do Poder Judiciário. Ela também contribui para a consolidação da identidade do Poder Judiciário e dissemina boas práticas voltadas à difusão dos bens culturais, valorização da história e promoção dos direitos humanos.

O Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário foi instituído pela Resolução CNJ n. 429/2021 e a edição atual, que teve prazo de inscrição encerrado em 15 de dezembro de 2022, é regulamentada pela Portaria CNJ n. 408/2022.

A Gestão de Memória: Recursos humanos, tema da categoria especial da edição deste ano, vai avaliar critérios específicos como existência de cargos para profissionais graduados em Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia lotados em espaços de memória dos tribunais. Também será considerada a vigência de convênios com universidades e institutos culturais focados na preservação da memória.

Para julgamentos dos projetos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma Comissão Avaliadora que conta com o auxílio de um Grupo de Apoio Multidisciplinar. Ele é composto por especialistas e acadêmicos com atuação relacionadas às respectivas áreas que serão premiadas.

1ª Edição
Em 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi vencedor da categoria especial, cujo tema foi Portal da Memória, e das categorias Patrimônio Cultural Arquitetônico e Patrimônio Cultural Museológico com os projetos Visita Telepresencial do Palácio da Justiça do TJSP e Visita Telepresencial do Museu do TJSP, respectivamente.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) foi vencedor na categoria Difusão cultural e Direitos Humanos com a Exposição "Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro do TJRJ" e na categoria Patrimônio Cultural Bibliográfico com a experiência da Biblioteca da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ganhou a categoria Patrimônio Cultural Arquivístico e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) ganhou o prêmio em Trabalho Acadêmico ou

Científico, com a dissertação “Trabalho e Cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)”, produzida pela Ana Carolina Monteiro Paiva. Esta categoria é aberta à participação do público externo.

Conheça abaixo os detalhes das práticas vencedoras em 2022:

Novas mídias ampliam divulgação e preservação da memória do Judiciário
Obras raras digitalizadas garantem acesso à memória do Brasil
Mostra destaca papel da Justiça no controle de pandemias
Acervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digital
Visitas telepresenciais garantem disseminação da história do Judiciário

Texto: Jeferson Melo
Edição: Sarah Barros
Agência CNJ de Notícias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
05/01/2023 - SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)
POSITIVA
Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

5 de janeiro de 2023, 14h18
ImprimirEnviar

A segunda edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário já se encontra em andamento e a premiação será entregue no próximo mês de maio. A iniciativa mobiliza todos os tribunais brasileiros e, no ano passado, foram inscritos 107 projetos.

Além da Categoria Especial, que este ano terá como tema "Gestão de Memória: Recursos Humanos", outras sete categorias serão contempladas: Difusão Cultural e Direitos Humanos; Trabalho Acadêmico ou Científico; Patrimônio Cultural Arquitetônico; Patrimônio Cultural Arquivístico; Patrimônio Cultural Bibliográfico e Patrimônio Cultural Museológico.

A premiação — criada para preservar, valorizar e difundir os bens culturais e imateriais do Poder Judiciário e promover os direitos humanos — integra a programação do Encontro Nacional da Memória e realça o 10 de maio como Dia da Memória do Poder Judiciário. Ela também contribui para a consolidação da identidade do Poder Judiciário e dissemina boas práticas voltadas à difusão dos bens culturais, valorização da história e promoção dos direitos humanos.

O Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário foi instituído pela Resolução CNJ n. 429/2021 e a edição atual, que teve prazo de inscrição encerrado em 15 de dezembro de 2022, é regulamentada pela Portaria CNJ n. 408/2022.

A Gestão de Memória: Recursos humanos, tema da categoria especial da edição deste ano, vai avaliar critérios específicos como existência de cargos para profissionais graduados em Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia lotados em espaços de memória dos tribunais. Também será considerada a vigência de convênios com universidades e institutos culturais focados na preservação da memória.

Para julgamentos dos projetos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma Comissão Avaliadora que conta com o auxílio de um Grupo de Apoio Multidisciplinar. Ele é composto por especialistas e acadêmicos com atuação relacionadas às respectivas áreas que serão premiadas.

1ª Edição
Em 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) foi vencedor da categoria especial, cujo tema foi Portal da Memória, e das categorias Patrimônio Cultural Arquitetônico e Patrimônio Cultural Museológico com os projetos Visita Telepresencial do Palácio da Justiça do TJ-SP e Visita Telepresencial do Museu do TJ-SP, respectivamente.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) foi vencedor na categoria Difusão cultural e Direitos Humanos com a Exposição "Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro do TJ-RJ" e na categoria Patrimônio Cultural Bibliográfico com a experiência da Biblioteca da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) ganhou a categoria Patrimônio Cultural Arquivístico e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO) ganhou o prêmio em Trabalho Acadêmico ou Científico, com a dissertação "Trabalho e Cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)", produzida pela Ana Carolina Monteiro Paiva. Esta categoria é aberta à participação do público externo. Com informações da assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Justiça.

Conheça abaixo os detalhes das práticas vencedoras em 2022:

Novas mídias ampliam divulgação e preservação da memória do Judiciário
Obras raras digitalizadas garantem acesso à memória do Brasil
Mostra destaca papel da Justiça no controle de pandemias
Acervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digital
Visitas telepresenciais garantem disseminação da história do Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
05/01/2023 - SITE JORNAL FLORIPA
POSITIVA
Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

05/01/2023 - 11:56 AM

fb-share-iconTweetPin Share
A segunda edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário já se encontra em andamento e a premiação será entregue no próximo mês de maio. Além da Categoria Especial, que este ano terá como tema "Gestão de Memória: Recursos Humanos", outras sete categorias serão contempladas: Difusão Cultural e Direitos Humanos; Trabalho Acadêmico ou Científico; Patrimônio Cultural Arquitetônico; Patrimônio Cultural Arquivístico; Patrimônio Cultural Bibliográfico e Patrimônio Cultural Museológico. A iniciativa mobiliza todos os tribunais brasileiros e, no ano passado, foram inscritos 107 projetos.

A premiação – criada para preservar, valorizar e difundir os bens culturais e imateriais do Poder Judiciário e promover os direitos humanos – integra a programação do Encontro Nacional da Memória e realça o 10 de maio como Dia da Memória do Poder Judiciário. Ela também contribui para a consolidação da identidade do Poder Judiciário e dissemina boas práticas voltadas à difusão dos bens culturais, valorização da história e promoção dos direitos humanos.

O Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário foi instituído pela Resolução CNJ n. 429/2021 e a edição atual, que teve prazo de inscrição encerrado em 15 de dezembro de 2022, é regulamentada pela Portaria CNJ n. 408/2022.

A Gestão de Memória: Recursos humanos, tema da categoria especial da edição deste ano, vai avaliar critérios específicos como existência de cargos para profissionais graduados em Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia lotados em espaços de memória dos tribunais. Também será considerada a vigência de convênios com universidades e institutos culturais focados na preservação da memória.

Para julgamentos dos projetos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma Comissão Avaliadora que conta com o auxílio de um Grupo de Apoio Multidisciplinar. Ele é composto por especialistas e acadêmicos com atuação relacionadas às respectivas áreas que serão premiadas.

1ª Edição
Em 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi vencedor da categoria especial, cujo tema foi Portal da Memória, e das categorias Patrimônio Cultural Arquitetônico e Patrimônio Cultural Museológico com os projetos Visita Telepresencial do Palácio da Justiça do TJSP e Visita Telepresencial do Museu do TJSP, respectivamente.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) foi vencedor na categoria Difusão cultural e Direitos Humanos com a Exposição "Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro do TJRJ" e na categoria Patrimônio Cultural Bibliográfico com a experiência da Biblioteca da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ganhou a categoria Patrimônio

Cultural Arquivístico e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) ganhou o prêmio em Trabalho Acadêmico ou Científico, com a dissertação “Trabalho e Cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)”, produzida pela Ana Carolina Monteiro Paiva. Esta categoria é aberta à participação do público externo.

Conheça abaixo os detalhes das práticas vencedoras em 2022:

Novas mídias ampliam divulgação e preservação da memória do Judiciário
Obras raras digitalizadas garantem acesso à memória do Brasil
Mostra destaca papel da Justiça no controle de pandemias
Acervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digital
Visitas telepresenciais garantem disseminação da história do Judiciário

Texto: Jeferson Melo
Edição: Sarah Barros
Agência CNJ de Notícias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
05/01/2023 - SITE JORNAL ITAQUI BACANGA
POSITIVA
Justiça determina bloqueio de bens de empresa de buffet da capital

Justiça determina bloqueio de bens de empresa de buffet da capital

Após Ação Civil Pública protocolada pelo Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon/MA), na última sexta-feira, 30 dezembro, em relação à empresa Happy Day, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) acatou o pedido e determinou bloqueio imediato de bens da empresa e de sua proprietária, Paula Tereza Coelho Rocha.

A empresa encerrou as atividades e o valor estimado do prejuízo causado aos consumidores, que possuíam contratos para realização de festas com o buffet, foi em torno de R$ 400 mil.

“Logo após tomarmos ciência do ocorrido, agimos prontamente e protocolamos a Ação Civil Pública para que os prejuízos causados aos consumidores fossem reparados de forma imediata”, explicou o presidente em exercício do Procon/MA, Ricardo Cruz.

Além do bloqueio das contas bancárias da empresária, com base na Ação do Procon/MA, o TJMA determinou que o Departamento de Trânsito do Maranhão (Detran/MA) e os Cartórios de Registro de Imóveis dos Termos Judiciários da Comarca da Ilha de São Luís registrem a indisponibilidade de veículos e bens imóveis da empresa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
05/01/2023 - SITE JÚRI NEWS
POSITIVA
Empresa de festas infantis acusada de aplicar golpes tem bens bloqueados

Empresa de festas infantis acusada de aplicar golpes tem bens bloqueados

Empresa de festas infantis acusada de aplicar golpes tem bens bloqueados
jurinews.com.br

Por Redação JuriNews
04/01/2023 10:45

Compartilhe
O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) determinou o bloqueio de bens da empresa de festas infantis 'Happy Day', que é suspeita de aplicar golpes em ao menos 150 clientes em São Luís (MA).

As informações são do Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (PROCON/MA), que ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) contra a empresa e a proprietária, Paula Tereza Coelho Rocha, que também teve os bens bloqueados.

A ação, ingressada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, pediu o bloqueio no valor de R$ 400 mil, que é o valor estimado do prejuízo causado aos clientes que compraram os serviços da empresa, mas não tiveram retorno. O motivo é que a empresa encerrou as atividades.

Os clientes lesados explicam que a dona da empresa, Paula Coelho, teria aplicado golpe na dona da estrutura. A empresa havia sido arrendada para em 2020 e, há um ano, ela também não paga o valor estipulado do contrato, cerca de R$ 5 mil.

A corretora de imóveis que locou o ponto onde está localizada a sede da empresa afirmou que, em novembro, o contrato do aluguel já havia sido encerrado. Mesmo assim, Paula vendeu pacotes promocionais de festa.

O que diz a empresa

Em nota, a empresa Happy Day disse que já vinha passando por sérios problemas financeiros e chegou ao ponto de não conseguir honrar seus compromissos com clientes. A empresa disse que está empenhada a ressarcir todos os clientes que tiveram eventos cancelados e que, inclusive, está tentando fazer empréstimos bancários para isso.

Com informações do G1 MA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
05/01/2023 - SITE O JUDICIÁRIO
POSITIVA
Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio

5 de janeiro de 2023 na categoria Justiça Federal
Ações para preservação da memória do Judiciário serão premiadas em maio
189
Compartilhamentos
1.5k
Visualizações
CompartilheA segunda edição do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário já se encontra em andamento e a premiação será entregue no próximo mês de maio. Além da Categoria Especial, que este ano terá como tema "Gestão de Memória: Recursos Humanos", outras sete categorias serão contempladas: Difusão Cultural e Direitos Humanos; Trabalho Acadêmico ou Científico; Patrimônio Cultural Arquitetônico; Patrimônio Cultural Arquivístico; Patrimônio Cultural Bibliográfico e Patrimônio Cultural Museológico. A iniciativa mobiliza todos os tribunais brasileiros e, no ano passado, foram inscritos 107 projetos.

A premiação – criada para preservar, valorizar e difundir os bens culturais e imateriais do Poder Judiciário e promover os direitos humanos – integra a programação do Encontro Nacional da Memória e realça o 10 de maio como Dia da Memória do Poder Judiciário. Ela também contribui para a consolidação da identidade do Poder Judiciário e dissemina boas práticas voltadas à difusão dos bens culturais, valorização da história e promoção dos direitos humanos.

O Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário foi instituído pela Resolução CNJ n. 429/2021 e a edição atual, que teve prazo de inscrição encerrado em 15 de dezembro de 2022, é regulamentada pela Portaria CNJ n. 408/2022.

A Gestão de Memória: Recursos humanos, tema da categoria especial da edição deste ano, vai avaliar critérios específicos como existência de cargos para profissionais graduados em Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia lotados em espaços de memória dos tribunais. Também será considerada a vigência de convênios com universidades e institutos culturais focados na preservação da memória.

Para julgamentos dos projetos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma Comissão Avaliadora que conta com o auxílio de um Grupo de Apoio Multidisciplinar. Ele é composto por especialistas e acadêmicos com atuação relacionadas às respectivas áreas que serão premiadas.

1ª Edição

Em 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi vencedor da categoria especial, cujo tema foi Portal da Memória, e das categorias Patrimônio Cultural Arquitetônico e Patrimônio Cultural Museológico com os projetos Visita Telepresencial do Palácio da Justiça do TJSP e Visita Telepresencial do Museu do TJSP, respectivamente.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) foi vencedor na categoria Difusão cultural e Direitos Humanos com a Exposição "Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro do TJRJ" e na categoria Patrimônio Cultural Bibliográfico com a experiência da Biblioteca da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O Programa de Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ganhou a categoria Patrimônio Cultural Arquivístico e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) ganhou o prêmio em Trabalho Acadêmico ou Científico, com a dissertação "Trabalho e Cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919)", produzida pela Ana Carolina Monteiro Paiva. Esta categoria é aberta à participação do público externo.

Conheça abaixo os detalhes das práticas vencedoras em 2022:

Novas mídias ampliam divulgação e preservação da memória do JudiciárioObras raras digitalizadas garantem acesso à memória do BrasilMostra destaca papel da Justiça no controle de pandemiasAcervo histórico do Judiciário maranhense terá acesso digitalVisitas telepresenciais garantem disseminação da história do Judiciário

Texto: Jeferson MeloEdição: Sarah BarrosAgência CNJ de Notícias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
05/01/2023 - SITE O JUDICIÁRIO
POSITIVA
Corregedoria no Maranhão orienta sobre primeira correição ordinária de 2023

Corregedoria no Maranhão orienta sobre primeira correição ordinária de 2023

4 de janeiro de 2023 na categoria Justiça Federal
Corregedoria no Maranhão orienta sobre primeira correição ordinária de 2023
189
O Tribunal de Justiça do Maranhão se prepara para a realização de correição ordinária nas unidades judiciais de 1º Grau no primeiro semestre de cada ano, até o dia 20 de janeiro. A atividade está prevista no artigo 14 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.
Com a proximidade do período de correição, a Corregedoria Geral recomenda maior atenção, de magistrados e magistradas, para a realização desses atos que contribuem para o cumprimento das metas, diminuição das taxas de congestionamento e tempo médio de duração dos processos, seja para julgamento ou baixa processual.
A Coordenadoria das Serventias Judiciais realizou levantamento prévio dos processos mais antigos em tramitação nas 253 unidades jurisdicionais instaladas na Justiça estadual, além, daqueles que estão conclusos e paralisados em Secretaria, encaminhando a listagem individual como anexo da CIRC-GCGJ – 2012022, via sistema Digidoc e e-mail.
O corregedor-geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, recomenda a realização de planejamento interno nas unidades, objetivando acompanhar o desempenho linear de operosidade desde o início do ano, imprimindo maior celeridade aos processos mais antigos em tramitação e com maior tempo de paralisação no acervo.
O corregedor também determinou que os processos constantes na relação encaminhada deverão ser impulsionados e movimentados, fazendo constar informações sobre os mesmos no relatório de correição cadastrado no sistema Auditus. “Tal orientação vai ao encontro e anseio dos jurisdicionados e da sociedade por maior agilidade no trâmite processual do Poder Judiciário, e na redução do seu acervo de forma célere e eficiente”, pontua o desembargador.
“As magistradas, magistrados, servidores e servidoras têm demonstrado ampla capacidade produtiva, desempenhado relevante papel na entrega da prestação jurisdicional, inclusive atingindo todas as metas do CNJ em 2022, agora, devemos produzir com maior eficiência, buscando a redução do tempo de duração do processo”, finalizou o corregedor Froz Sobrinho.
Fonte: TJMA